Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cade aberta o cerco contra cartel de postos de combustíveis 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

União paga R\$ 4,4 bi para pessoas mortas, indica auditoria do TCU 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Salários explicam 2/3 da inflação de serviços, diz estudo 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

De recesso, Supremo ativa modo turbo e discute casos importantes (JUDICIÁRIO) 8

A GAZETA - MT - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

R\$ 4,4 bi foram pagos para pessoas que já morreram 13

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

TCU identifica nova fraude contra a Previdência 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: navegando pelas incertezas com planejamento e expertise - VISÃO DO DIREITO 15

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

IOF 17

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: navegando pelas incertezas com planejamento e expertise (Visão do Direito) 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil na OMC: tarifaço é "arbitrário e caótico" 21

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Neoenergia dobra lucro no 2º trimestre e alcança R\$ 1,6 bilhão 23

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Ameaça do tarifaço dos EUA dá lugar a otimismo para balanços das "big techs" 25

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Marcas de luxo reduzem ritmo de aumento de preços 27

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - PORTO VELHO - RO - OPINIÃO
ECONOMIA

Executivo estima menos recursos no orçamento de 2026.....29

Cade aperta o cerco contra cartel de postos de combustíveis

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) designou o mercado de combustíveis líquidos como prioritário para análise nos exercícios de 2025 e 2026, buscando a promoção da livre concorrência e à repressão de práticas anticoncorrenciais nesse setor.

De acordo com portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU), a Superintendência-Geral do órgão deverá priorizar a instrução e condução de investigações de cartéis e de práticas colusivas referentes ao mercado de combustíveis líquidos.

Já ao Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do Cade caberá a atualização de estudos previamente realizados sobre o setor, em particular os filtros econométricos para detecção de cartéis. A portaria também determina a atualização de notas técnicas e estudos relacionados às iniciativas de advocacia da concorrência, incluindo

a revisão e atualização do Caderno Setorial sobre Distribuição e Varejo de Combustíveis Líquidos, avaliando a pertinência de elaborar estudo específico sobre o mercado de refino.

O Cade também buscará maior interlocução sobre o tema com outros órgãos, como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); a **Receita Federal** e as Secretarias Estaduais de Fazenda; a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e as entidades de defesa do consumidor; o Ministério de Minas e Energia; o Ministério Público; a Advocacia--Geral da União; a Polícia Federal

e as Polícias estaduais.

Audiência pública

O Conselho ainda realizará neste ano uma audiência pública sobre os problemas concorrenciais do setor de combustíveis líquidos, com a participação de especialistas do setor e dos representantes da Academia; das empresas representativas do setor de produção, refino, distribuição e varejo de combustíveis líquidos; dos representantes dos órgãos reguladores; dos representantes dos consumidores; e dos representantes da sociedade civil.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense>

se/2025/07/24/all.pdf

União paga R\$ 4,4 bi para pessoas mortas, indica auditoria do TCU

O governo federal pagou entre 2016 e 2025 até R\$ 4,4 bilhões para mais de 275 mil pessoas mortas, segundo auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e tornada pública ontem. O motivo dos pagamentos indevidos, de acordo com o tribunal, foi a falta de cruzamento de dados entre diferentes sistemas.

O órgão de controle externo fez uma análise sobre a qualidade de informações referentes a óbitos do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc). A análise considerou a completude e a tempestividade dos dados, além da efetividade dos controles e da governança para evitar fraudes.

O valor, de acordo com relatório da unidade técnica, se refere a pagamentos como Bolsa Família, benefícios previdenciários e trabalhistas e de folhas de pagamento de **servidores públicos** ativos, inativos e pensionistas.

O TCU aponta que o Sirc é abastecido por informações de diferentes órgãos e das três esferas de governo, já que inclui também Estados e municípios. O problema, segundo o órgão, é que existem casos nos quais há falhas no envio e cruzamento de dados, levando a uma ausência de registro da informação do óbito de forma tempestiva.

Do montante pago aos falecidos, 91% se referem ao pagamento de benefícios previdenciários, segundo apontou a Corte. O processo foi relatado nesta quarta-feira pelo ministro Jorge Oliveira.

Os técnicos do TCU classificaram as deficiências encontradas no sistema em diferentes crité-

rios: casos nos quais os óbitos não foram informados, falecimentos com datas incorretas, informações erradas referentes a números de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou envios atrasados da declaração de óbito.

Os técnicos também fizeram uma divisão anual de pagamento aos supostos falecidos: a evolução temporal, desde 2014, mostra houve pico de R\$ 910 milhões que teriam sido gastos irregularmente em 2022, com melhoras progressivas em 2023 e 2024.

No último mês de auditoria, em fevereiro deste ano,

por exemplo, os auditores identificaram que foram pagos R\$ 21,2 milhões em benefícios previdenciários para mais de 11 mil pessoas que constavam como falecidas.

Segundo identificado pelo órgão, a base de dados do Sirc não contém a totalidade de óbitos do país, tendo em vista que faltam cerca de 13,1 milhões de registros de óbitos no sistema.

O TCU determinou que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) convoque os indivíduos que teriam recebido os valores para comprovar se, de fato, faleceram. Caso positivo, que haja a cessação imediata dos pagamentos indevidos. Procurado pelo Valor, o órgão não se manifestou até o fechamento da reportagem.

"A auditoria demonstra o absoluto descontrole que existe sobre o banco de dados de pessoas mortas no Brasil", criticou o ministro Bruno Dantas ontem, ao afirmar que os números são "alarmantes e escandalosos".

O Ministério dos Direitos Humanos, responsável pelo Comitê Gestor do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, também não se manifestou.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188273?page=16§ion=1>

Salários explicam 2/3 da inflação de serviços, diz estudo

A evolução dos salários tem forte correlação com a **inflação** de serviços, explicando quase 70% do comportamento dos preços desses itens, aponta um estudo da LCA 4intelligence.

No exercício, o economista Bruno Imaizumi elaborou uma mediana para a evolução dos salários da economia brasileira a partir de cinco variáveis: salários médios nominais de admissão e desligamento do Caged (cadastro de emprego formal do governo federal); rendimentos médios nominais efetivo e habitual da Pnad Contínua (pesquisa amostral do IBGE) e Idat-Salário (indicador do Itaú Unibanco). "Vemos que essa mediana tem correlação muito forte com a **inflação** de serviços. Cerca de 70% do que acontece com a **inflação** de serviços está relacionado aos salários, é bastante significativo", diz Imaizumi.

Ao mesmo tempo, essas variáveis salariais são impactadas pela política do salário mínimo, observa o economista. "O salário mínimo é balizador da maioria das posições formais, mas acaba influenciando também os reajustes de **servidores públicos** e posições informais, principalmente do trabalhador privado sem carteira assinada. O mínimo, por estar recebendo reajuste acima da **inflação**, dificulta colocar a **inflação** de serviços dentro ou próximo do intervalo da meta do Banco Central", diz Imaizumi.

A meta de **inflação** atual é de 3%, com tolerância para até 4,5%.

A LCA projeta uma **inflação** de 6% para os serviços em 2025 desde o começo do ano, ainda que, para outros itens ou o índice agregado,

as projeções tenham cedido. "E a perspectiva para o ano que vem não é muito diferente. Esperamos uma **inflação** de serviços de 5,2%, fora do intervalo da meta", afirma Imaizumi.

Para 2026, o economista prevê um reajuste nominal acima de 8% do salário mínimo, na comparação com 2025. "É um dado que, possivelmente, vai pressionar salários de novo e continuar pressionando a **inflação** de serviços, a despeito do ambiente de juros restritivos e da moderação do crescimento econômico", afirma.

A depender do curso da atividade, sobretudo em ano de eleição, inclusive, essa **inflação** de serviços pode

ser até maior, diz Imaizumi. "Não está no nosso cenário-base, por exemplo, outros estímulos do governo, principalmente de Estados e municípios. Também não sabemos se a reforma do Imposto de Renda vai contribuir com mais renda disponível aos trabalhadores e, conseqüentemente, mais atividade e emprego forte."

Em dois estudos deste ano, economistas do Banco Central abordam a relação entre merca-

do de trabalho, salário mínimo e a **inflação** de serviços no Brasil. Em um deles, Ricardo Sabbadini e Julia Regina Scotti estimaram, a partir de dados das últimas duas décadas, que uma elevação adicional de 1 ponto percentual (p.p.) no salário mínimo está associada a um aumento de aproximadamente 0,1 p.p. na **inflação** de serviços do ano seguinte.

Em outro estudo, Sabbadini e Thiago Trafane observam que, apesar do mercado de trabalho aquecido, a **inflação** de serviços acumulada em 12 meses tem se mantido abaixo dos 8% a 9% observados em 2014, quando a taxa de desemprego também estava em níveis muito baixos. Eles apontam, no entanto, que a **inflação** subjacente de serviços (mais ligada ao ciclo econômico-

"Transbordamento" do mínimo pode comprometer efeito distributivo" Pedro Del Grande

co) não está muito aquém do que os modelos sugeririam, porque as expectativas de **inflação**, a **inflação** passada e a Nairu (taxa de desemprego que não pressiona a **inflação**) atuais também são menores do que em 2014.

Para Imaizumi, o papel do mercado de trabalho sobre a **inflação** de serviços é "inegável" e há outros motivos para explicar como a taxa de desemprego está tão baixa para um mesmo nível de atividade, quando comparado ao passado recente do Brasil. "Temos o envelhecimento da população, pessoas saindo do mercado, taxa de participação mais baixa. A taxa de desocupação, por si só, não conta mais toda a história do mercado de trabalho no país", afirma.

Pedro Del Grande, economista do Banco Pine, chama a atenção para os "efeitos de transbordamento" do mínimo aos demais salários da economia. Sua inten-

sificação, diz, pode comprometer os efeitos distributivos e de equidade da política salarial. "Quando acentuado, pode gerar pressão sobre a **inflação** de serviços e, conseqüentemente, ampliar a disparidade salarial ao invés de reduzi-la", afirma em relatório.

Del Grande calculou que, antes da reforma trabalhista de 2017, aumentos no salário mínimo geravam elevações quase equivalentes no rendimento médio habitual real da população. Ou seja, o "transbordamento" do mínimo para outros preços do mercado de trabalho era quase completo e a política salarial não contribuía para promover maior equidade, mas ampliava a disparidade salarial, já que o benefício se estendia a toda a distribuição de renda, e não apenas à faixa mais baixa.

Após a reforma trabalhista de 2017, esse efeito foi significativamente reduzido, voltou a subir

com as medidas emergenciais da pandemia e, depois, moderou, mas ainda permaneça acima do patamar pré-covid, aponta Del Grande. "Para que o salário mínimo continue a cumprir seu papel de promoção da equidade, é fundamental o monitoramento contínuo de seus desdobramentos, assegurando que seus efeitos não sejam diluídos ou distorcidos por impactos secundários", diz.

Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, afirma nem ser "tão radical [contra] na questão da variação real do salário mínimo", porque ela pode não ser, necessariamente, inflacionária se houver ganho de produtividade no setor privado. "Agora, no caso [da indexação a benefícios] do **INSS**, não tem discussão. A pessoa está aposentada, ela não tem produtividade. Obviamente, qualquer aumento real para um aposentado vai causar **inflação**", diz.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188273?page=16§ion=1>

De recesso, Supremo ativa modo turbo e discute casos importantes (JUDICIÁRIO)

Luana Patriolino +

Mesmo de recesso, o Supremo Tribunal Federal (STF) seguiu no centro das discussões mais importantes da política brasileira. Somente no primeiro semestre, a Corte avançou na ação penal que investiga a tentativa de golpe de Estado e concluiu o julgamento sobre a responsabilização das redes sociais, além de impor medidas cautelares ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) - por suposta atuação contra o Judiciário brasileiro com o filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

O ministro Alexandre de Moraes ordenou que Bolsonaro seja obrigado a usar tornozeleira eletrônica, além de proibir o acesso às redes sociais. Como retaliação, os Estados Unidos suspenderam os vistos de sete integrantes da Suprema Corte.

O caso despertou reações no Brasil. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, publicou uma nota em defesa do STF. Ele diz que são injustificáveis quaisquer tentativas de interferência política - nacionais ou internacionais - sobre o funcionamento do Supremo. O PT e partidos ligados da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva também se posicionaram. As legendas publicaram um manifesto expressando indignação com as sanções do presidente Donald Trump.

O STF iniciou a pausa das sessões plenárias em 2 de julho, com volta prevista para 1º de agosto. O plantão do mês foi dividido entre o vice-presidente, ministro Edson Fachin, que respondeu pela Presidência da Corte entre 2 e 16 de julho, e o presidente, ministro Luís Roberto Barroso, que reassumiu os trabalhos desde o dia 17. Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça trabalham normalmente durante as férias de julho.

O ministro Luiz Fux tirou férias e era o único que não havia votado no julgamento extraordinário da decisão de Moraes que fixou tornozeleira em Bolsonaro. No dia da decisão, na sexta-feira, a Corte formou maioria apoiando os dois mandatos de busca na residência do ex-presidente. Na segunda-feira, Fux registrou o único voto contrário à tornozeleira eletrônica na Primeira Turma, em um contraponto ao ministro Alexandre de Moraes.

Durante o recesso, o STF atuou em outra controvérsia: o decreto do governo federal relativo ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O ministro Alexandre de Moraes autorizou a cobrança das novas alíquotas com efeito retroativo, à exceção da cobrança sobre o risco sacado - que o magistrado afastou.

Os integrantes da Corte também seguiram julgando os réus pelos ataques de 8 de janeiro de 2023 - que culminaram na depredação dos prédios dos Três Poderes. A maior parte da atenção do STF continuou voltada para a trama golpista. Nesse primeiro semestre, a Primeira Turma tornou 31 denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em réus, conduziu depoimentos, interrogatórios, acareações e, agora, se prepara para mais uma etapa.

O relator, ministro Alexandre de Moraes, encerrou a fase de instrução processual e determinou a abertura das alegações finais do chamado núcleo 1. Com o andamento, a expectativa é que o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro ocorra entre agosto e setembro. O cálculo considera os prazos para apresentação das últimas considerações do Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, e investigados.

A corrida contra o tempo do Supremo é para evitar a contaminação das eleições de 2026. Após as alegações das partes envolvidas, Moraes deve solicitar que a ação penal seja incluída na pauta de julgamentos da Primeira Turma. Caberá ao presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin, marcar a data para análise da acusação. Os magistrados deverão decidir pela condenação ou absolvição dos acusados.

Neste mês, a PGR apresentou suas alegações finais sobre a tentativa de golpe de Estado. A Procuradoria aponta que Bolsonaro foi o líder da organização criminosa, o maior articulador e o principal beneficiário da trama golpista. Paulo Gonet imputou a ele cinco crimes. Caso a Primeira Turma do Supremo decida aplicar as penas máximas, a condenação pode render até 43 anos de prisão.

Faltando pouco para o recesso, os integrantes do Supremo decidiram ampliar responsabilidades das big techs no Brasil. Eles entenderam que o artigo 19 do

Marco Civil da Internet é parcialmente inconstitucional, pois há omissão na proteção de direitos fundamentais da pessoa humana. Uma das principais mudanças é que as redes deverão levar em conta a notificação extrajudicial para remover um conteúdo irregular.

Outro destaque do primeiro semestre foi a condenação e o pedido de extradição da deputada Carla Zambelli. Ela foi condenada por invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com pena de 10 anos de prisão, além da cassação, inelegibilidade e pagamento de multa de R\$ 2 milhões. No entanto, a parlamentar fugiu para a Itália. O Brasil solicitou a extradição da bolsonarista.

Em abril, o STF também condenou o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello a 8 anos e 10 meses por corrupção e lavagem de dinheiro. Ele ganhou o direito de cumprir pena em casa em razão das comorbidades relacionadas à idade avançada (75 anos).

Em junho, o STF realizou a última reunião da comissão de conciliação convocada pelo ministro Gilmar Mendes sobre o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas, após nove meses de trabalho. Os integrantes elaboraram um anteprojeto que será enviado ao Congresso para alteração na Lei 14.701 de 2023, norma que, apesar de tratar direitos dos povos indígenas, inseriu o marco temporal para as demarcações.

O recesso do Judiciário não impactou a data final para recebimento das alegações finais dos envolvidos na ação penal da tentativa de golpe de Estado. Os prazos não foram suspensos durante porque há um réu preso, o general Walter Braga Netto, motivo pelo qual a contagem a partir da intimação de cada investigado deve seguir normalmente.

Na avaliação de Marcelo Creso, coordenador do curso de direito da ESPM, o STF protagonizou julgamentos que redefiniram aspectos cruciais do ordenamento jurídico brasileiro. Ele citou a alteração do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que ampliou a responsabilidade das plataformas digitais na moderação de conteúdos ilícitos, mesmo sem ordem judicial, especialmente em casos de crimes contra a honra e discursos de ódio.

"O Judiciário brasileiro encontra-se em um ponto de inflexão histórico. Mais do que julgar casos, ele está redesenhando os contornos do pacto civilizatório nacional. No segundo semestre de 2025, não apenas se decidirão processos; definir-se-á o papel do Estado na era da inteligência artificial, das redes descentralizadas e da hiperconectividade", ressaltou.

O cientista político Elias Tavares partilha do mesmo entendimento. "O Judiciário assumiu papel protagonista em decisões que influenciam diretamente o ambiente político e institucional do Brasil, muitas vezes preenchendo o vácuo de articulação entre Executivo e Legislativo", diz.

"Para o segundo semestre, o STF continuará no centro da cena política: os desdobramentos do caso Bolsonaro, o julgamento sobre a responsabilização das big techs e as decisões envolvendo orçamento público e **tributos** formarão um eixo de alta pressão institucional. O que está em jogo, mais do que teses jurídicas, é a própria governabilidade do país", completa Tavares.

Marcelo Creso também destacou os debates sobre a transformação das relações de trabalho impulsionado por plataformas digitais. "A discussão sobre o vínculo empregatício entre motoristas e aplicativos de transporte (uberização) traz à tona a urgência de repensar as relações de trabalho na economia digital. O STF terá a oportunidade de estabelecer parâmetros que garantam direitos aos trabalhadores sem inviabilizar modelos de negócio inovadores", disse.

Trama golpista - A Primeira Turma do STF tornou 31 denunciados em réus por tentativa de golpe de Estado para manter Bolsonaro no poder. Foram realizados interrogatórios, depoimentos, acareações e julgamentos dos pedidos das defesas.

Big techs - O Supremo decidiu responsabilizar as redes sociais por conteúdos ofensivos publicados por seus usuários, sem a necessidade de uma decisão judicial. A mudança gerou reação entre as plataformas.

Conciliação do Marco Temporal - Após nove meses, o STF encerrou, em junho, as reuniões sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas. Grupo irá encaminhar anteprojeto ao Congresso.

Emendas parlamentares - Especialistas, representantes de órgãos públicos e de entidades voltadas à transparência e ao controle dos gastos públicos debateram no STF sobre as emendas parlamentares impositivas. O ministro Flávio Dino atuou de forma incisiva em ações sobre o tema.

Delação em risco - A Polícia Federal investiga se advogados de réus da tentativa de golpe de Estado agiram para tentar atrapalhar as investigações sobre a trama golpista. Também é apurado um suposto vazamento da delação de Mauro Cid.

Caso Zambelli - A deputada foi incluída na lista de difusão vermelha da Interpol por fugir do país após

condenação pelo STF. Ela está na Itália, onde aguarda avaliação de pedido de extradição do governo italiano.

Abin paralela - A PF concluiu o inquérito que investiga se a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi usada de forma ilegal pelo governo Bolsonaro. O vereador Carlos Bolsonaro, e ex-diretor do órgão Alexandre Ramagem e a cúpula da instituição foram denunciados.

Prisão Collor - O ex-presidente foi preso no aeroporto de Maceió após o STF rejeitar todos os recursos da defesa e determinar que o político cumpra a pena de 8 anos e 10 meses por corrupção e lavagem de dinheiro.

Débora do batom - A Primeira Turma do STF condenou cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, que pichou perdeu, mané na estátua A Justiça durante os ataques de 8 de janeiro de 2023. A ré virou símbolo da direita na busca pela anista dos golpistas.

Venda de sentenças - A PF avançou nas investigações revelaram a existência de um possível esquema para a venda de sentenças judiciais, que envolve advogados, lobistas, empresários, assessores, chefes de gabinete e juízes.

INSS - Em audiência de conciliação no STF sobre a devolução de dinheiro para aposentados e pensionistas vítimas de fraude, diz **INSS** diz que irá devolver valores até 24 de julho.

Nova presidente STM - A ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha entrou para a história por ser a primeira mulher a assumir como presidente do Superior Tribunal Militar (STM) em 217 anos de instituição.

Gênero neutro - Em uma decisão inédita no Brasil, o Tribunal de Justiça (STJ) autorizou a classificação de gênero neutro no registro civil.

Crimes de Bolsonaro - PGR afirma que o ex-presidente foi o líder da organização criminosa, o maior articulador e o principal beneficiário da trama golpista. Caso o STF decida aplicar as penas máximas, a condenação pode render até 43 anos de prisão.

Tornozeleira - Moraes ordenou que Bolsonaro seja obrigado a usar tornozeleira eletrônica, o proibiu de se comunicar com o filho, além de ser impedido de acessar as redes sociais, de manter contato com diplomatas estrangeiros e de se aproximar das embaixadas.

Mesmo de recesso, o Supremo Tribunal Federal (STF) seguiu no centro das discussões mais importantes da

política brasileira. Somente no primeiro semestre, a Corte avançou na ação penal que investiga a tentativa de golpe de Estado e concluiu o julgamento sobre a responsabilização das redes sociais, além de impor medidas cautelares ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) - por suposta atuação contra o Judiciário brasileiro com o filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

O ministro Alexandre de Moraes ordenou que Bolsonaro seja obrigado a usar tornozeleira eletrônica, além de proibir o acesso às redes sociais. Como retaliação, os Estados Unidos suspenderam os vistos de sete integrantes da Suprema Corte.

O caso despertou reações no Brasil. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, publicou uma nota em defesa do STF. Ele diz que são injustificáveis quaisquer tentativas de interferência política - nacionais ou internacionais - sobre o funcionamento do Supremo. O PT e partidos ligados da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva também se posicionaram. As legendas publicaram um manifesto expressando indignação com as sanções do presidente Donald Trump.

O STF iniciou a pausa das sessões plenárias em 2 de julho, com volta prevista para 1º de agosto. O plantão do mês foi dividido entre o vice-presidente, ministro Edson Fachin, que respondeu pela Presidência da Corte entre 2 e 16 de julho, e o presidente, ministro Luís Roberto Barroso, que reassumiu os trabalhos desde o dia 17. Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça trabalham normalmente durante as férias de julho.

O ministro Luiz Fux tirou férias e era o único que não havia votado no julgamento extraordinário da decisão de Moraes que fixou tornozeleira em Bolsonaro. No dia da decisão, na sexta-feira, a Corte formou maioria apoiando os dois mandatos de busca na residência do ex-presidente. Na segunda-feira, Fux registrou o único voto contrário à tornozeleira eletrônica na Primeira Turma, em um contraponto ao ministro Alexandre de Moraes.

Durante o recesso, o STF atuou em outra controvérsia: o decreto do governo federal relativo ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O ministro Alexandre de Moraes autorizou a cobrança das novas alíquotas com efeito retroativo, à exceção da cobrança sobre o risco sacado - que o magistrado afastou.

Os integrantes da Corte também seguiram julgando os réus pelos ataques de 8 de janeiro de 2023 - que culminaram na depredação dos prédios dos Três

Poderes. A maior parte da atenção do STF continuou voltada para a trama golpista. Nesse primeiro semestre, a Primeira Turma tornou 31 denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em réus, conduziu depoimentos, interrogatórios, acareações e, agora, se prepara para mais uma etapa.

O relator, ministro Alexandre de Moraes, encerrou a fase de instrução processual e determinou a abertura das alegações finais do chamado núcleo 1. Com o andamento, a expectativa é que o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro ocorra entre agosto e setembro. O cálculo considera os prazos para apresentação das últimas considerações do Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, e investigados.

A corrida contra o tempo do Supremo é para evitar a contaminação das eleições de 2026. Após as alegações das partes envolvidas, Moraes deve solicitar que a ação penal seja incluída na pauta de julgamentos da Primeira Turma. Caberá ao presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin, marcar a data para análise da acusação. Os magistrados deverão decidir pela condenação ou absolvição dos acusados.

Neste mês, a PGR apresentou suas alegações finais sobre a tentativa de golpe de Estado. A Procuradoria aponta que Bolsonaro foi o líder da organização criminosa, o maior articulador e o principal beneficiário da trama golpista. Paulo Gonet imputou a ele cinco crimes. Caso a Primeira Turma do Supremo decida aplicar as penas máximas, a condenação pode render até 43 anos de prisão.

Faltando pouco para o recesso, os integrantes do Supremo decidiram ampliar responsabilidades das big techs no Brasil. Eles entenderam que o artigo 19 do Marco Civil da Internet é parcialmente inconstitucional, pois há omissão na proteção de direitos fundamentais da pessoa humana. Uma das principais mudanças é que as redes deverão levar em conta a notificação extrajudicial para remover um conteúdo irregular.

Outro destaque do primeiro semestre foi a condenação e o pedido de extradição da deputada Carla Zambelli. Ela foi condenada por invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com pena de 10 anos de prisão, além da cassação, inelegibilidade e pagamento de multa de R\$ 2 milhões. No entanto, a parlamentar fugiu para a Itália. O Brasil solicitou a extradição da bolsonarista.

Em abril, o STF também condenou o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello a 8 anos e 10 meses por corrupção e lavagem de dinheiro. Ele ganhou o direito de cumprir pena em casa em razão das comorbidades relacionadas à idade avançada (75

anos).

Em junho, o STF realizou a última reunião da comissão de conciliação convocada pelo ministro Gilmar Mendes sobre o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas, após nove meses de trabalho. Os integrantes elaboraram um anteprojeto que será enviado ao Congresso para alteração na Lei 14.701 de 2023, norma que, apesar de tratar direitos dos povos indígenas, inseriu o marco temporal para as demarcações.

O recesso do Judiciário não impactou a data final para recebimento das alegações finais dos envolvidos na ação penal da tentativa de golpe de Estado. Os prazos não foram suspensos durante porque há um réu preso, o general Walter Braga Netto, motivo pelo qual a contagem a partir da intimação de cada investigado deve seguir normalmente.

Na avaliação de Marcelo Crespo, coordenador do curso de direito da ESPM, o STF protagonizou julgamentos que redefiniram aspectos cruciais do ordenamento jurídico brasileiro. Ele citou a alteração do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que ampliou a responsabilidade das plataformas digitais na moderação de conteúdos ilícitos, mesmo sem ordem judicial, especialmente em casos de crimes contra a honra e discursos de ódio.

"O Judiciário brasileiro encontra-se em um ponto de inflexão histórico. Mais do que julgar casos, ele está redesenhando os contornos do pacto civilizatório nacional. No segundo semestre de 2025, não apenas se decidirão processos; definir-se-á o papel do Estado na era da inteligência artificial, das redes descentralizadas e da hiperconectividade", ressaltou.

O cientista político Elias Tavares partilha do mesmo entendimento. "O Judiciário assumiu papel protagonista em decisões que influenciam diretamente o ambiente político e institucional do Brasil, muitas vezes preenchendo o vácuo de articulação entre Executivo e Legislativo", diz.

"Para o segundo semestre, o STF continuará no centro da cena política: os desdobramentos do caso Bolsonaro, o julgamento sobre a responsabilização das big techs e as decisões envolvendo orçamento público e **tributos** formarão um eixo de alta pressão institucional. O que está em jogo, mais do que teses jurídicas, é a própria governabilidade do país", completa Tavares.

Marcelo Crespo também destacou os debates sobre a transformação das relações de trabalho impulsionado por plataformas digitais. "A discussão sobre o vínculo empregatício entre motoristas e aplicativos de

transporte (uberização) traz à tona a urgência de repensar as relações de trabalho na economia digital. O STF terá a oportunidade de estabelecer parâmetros que garantam direitos aos trabalhadores sem inviabilizar modelos de negócio inovadores", disse.

Trama golpista - A Primeira Turma do STF tornou 31 denunciados em réus por tentativa de golpe de Estado para manter Bolsonaro no poder. Foram realizados interrogatórios, depoimentos, acareações e julgamentos dos pedidos das defesas.

Emendas parlamentares - Especialistas, representantes de órgãos públicos e de entidades voltadas à transparência e ao controle dos gastos públicos debateram no STF sobre as emendas parlamentares impositivas. O ministro Flávio Dino atuou de forma incisiva em ações sobre o tema.

Delação em risco - A Polícia Federal investiga se advogados de réus da tentativa de golpe de Estado agiram para tentar atrapalhar as investigações sobre a trama golpista. Também é apurado um suposto vazamento da delação de Mauro Cid.

Abin paralela - A PF concluiu o inquérito que investiga se a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi usada de forma ilegal pelo governo Bolsonaro. O vereador Carlos Bolsonaro, e ex-diretor do órgão Alexandre Ramagem e a cúpula da instituição foram denunciados.

Prisão Collor - O ex-presidente foi preso no aeroporto de Maceió após o STF rejeitar todos os recursos da defesa e determinar que o político cumpra a pena de 8 anos e 10 meses por corrupção e lavagem de dinheiro.

Venda de sentenças - A PF avançou nas investigações revelaram a existência de um possível esquema para a venda de sentenças judiciais, que envolve advogados, lobistas, empresários, assessores, chefes de gabinete e juizes.

INSS - Em audiência de conciliação no STF sobre a devolução de dinheiro para aposentados e pensionistas vítimas de fraude, diz **INSS** diz que irá devolver valores até 24 de julho.

Nova presidente STM - A ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha entrou para a história por ser a primeira mulher a assumir como presidente do Superior Tribunal Militar (STM) em 217 anos de instituição.

Gênero neutro - Em uma decisão inédita no Brasil, o Tribunal de Justiça (STJ) autorizou a classificação de gênero neutro no registro civil.

Crimes de Bolsonaro - PGR afirma que o ex-presidente foi o líder da organização criminosa, o maior articulador e o principal beneficiário da trama golpista. Caso o STF decida aplicar as penas máximas, a condenação pode render até 43 anos de prisão.

Tornozeleira - Moraes ordenou que Bolsonaro seja obrigado a usar tornozeleira eletrônica, o proibiu de se comunicar com o filho, além de ser impedido de acessar as redes sociais, de manter contato com diplomatas estrangeiros e de se aproximar das embaixadas.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/07/7209033-de-recesso-supremo-ativa-modo-turbo-e-discute-casos-importantes.html>

R\$ 4,4 bi foram pagos para pessoas que já morreram

O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou nesta quarta-feira, 23, o resultado de uma ampla fiscalização identificando o total de R\$ 4,4 bilhões em pagamentos de vencimentos e de benefícios previdenciários e sociais a pessoas com indícios de falecimento, entre 2016 e 2025. Além disso, cerca de R\$ 28,5 milhões continuam sendo pagos mensalmente, apesar da irregularidade. O processo, relatado pelo ministro Jorge Oliveira, identificou que faltam mais de 13,1 milhões de registros de óbitos no Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), o que equivaleria a dobrar o tamanho da base de dados atual. Cerca de 99% do total de pagamentos indevidos está relacionado aos problemas nesse sistema. Há falhas no preenchimento em mais de um terço das informações cadastradas, de acordo com o relatório apresentado. O levantamento identifica potenciais ilegalidades no pagamentos de benefícios assistenciais como o Bolsa Família, benefícios previdenciários e trabalhistas e de folhas de pagamento de **servidores públicos** ativos, inativos e pensionistas. Foi determinado ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) o prazo de 90 dias para a apuração de responsabilidades e sanção dos cartórios que enviarem informações de óbito fora do prazo legal ou dados incompletos. O **INSS** terá o prazo de 30 dias para a convocação de indivíduos que receberam benefícios previdenciários, mas constam como falecidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Essas pessoas, se de fato não estiverem mortas, terão que fazer prova de vida. Apesar de a maior parte dos casos estar relacionada a benefícios previdenciários e sociais, o cruzamento com as folhas de pagamento da Administração Pública Federal mostrou que, no mesmo mês de fevereiro, foram realizados pagamentos a 650 servidores, aposentados ou pensionistas com indícios de falecimento, totalizando cerca de R\$ 3,6 milhões em pagamentos indevidos.

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

TCU identifica nova fraude contra a Previdência

ESTADO CONTEDO

O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou ontem o resultado de uma ampla fiscalização identificando o total de R\$ 4,4 bilhões em pagamentos de vencimentos e de benefícios previdenciários e sociais a pessoas com indícios de falecimento, entre 2016 e 2025. Além disso, cerca de R\$ 28,5 milhões continuam sendo pagos mensalmente, apesar da irregularidade.

O processo, relatado pelo ministro Jorge Oliveira, identificou que faltam mais de 13,1 milhões de registros de óbitos no Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), o que equivaleria a dobrar o tamanho da base de dados atual.

Algo como 99% do total de pagamentos indevidos está relacionado aos problemas nesse sistema.

Há falhas no preenchimento em mais de um terço das informações cadastradas, de acordo com o relatório apresentado.

O levantamento identifica potenciais ilegalidades nos pagamentos de benefícios assistenciais como o Bolsa Família, benefícios previdenciários e trabalhistas e de folhas de pagamento de **servidores públicos** ativos, inativos e pensionistas.

Foi determinado ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) o prazo de 90 dias para a apuração de responsabilidades e sanção dos cartórios que enviarem informações de óbito fora do prazo legal ou dados incompletos. O **INSS** terá o prazo de 30 dias para a convocação de indivíduos que receberam benefícios previdenciários, mas constam como falecidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Essas pessoas, se de fato não estiverem mortas, terão que fazer prova de vida.

"Os controles implementados pelos órgãos competentes pela gestão do Sirc (Sistema Nacional de Informações de Registro Civil) não são suficientes para garantir a qualidade das informações de óbitos, em razão de vácuos regulatórios, falha no dever de fiscalizar e ineficiência nos sistemas existentes para prover informações precisas em subsídio à

fiscalização", apontou o relator, Jorge Oliveira.

Apesar de a maior parte dos casos estar relacionada a benefícios previdenciários e sociais, o cruzamento com as folhas de pagamento da Administração Pública Federal mostrou que, no mesmômês de fevereiro, foram realizados pagamentos a 650 servidores, aposentados ou pensionistas com indícios de falecimento, totalizando cerca de R\$ 3,6 milhões em pagamentos indevidos.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?0cc175b9c0f1b6a8=1468>

Reforma Tributária: navegando pelas incertezas com planejamento e expertise - VISÃO DO DIREITO

Arthur Murta

Arthur Murta Advogado tributário da Montalvão Souza Lima Advocacia de Negócios

A **Reforma Tributária**, formalizada pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025, estabelece um marco significativo para o sistema tributário brasileiro, com o início da transição previsto para janeiro de 2026. Contudo, a ausência de definições essenciais e o cenário de incertezas econômicas têm gerado questionamentos, impactando a estratégia de empresários e gestores públicos. A proximidade do período de transição impõe a urgência de um planejamento estratégico para prever impactos financeiros e operacionais, minimizando riscos e evitando custos imprevistos.

A reforma visa simplificar o sistema tributário, reduzir a complexidade e promover maior justiça fiscal. Foram criados novos **tributos**: * Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): de competência federal, substituirá o PIS/Pasep, Cofins e IPI; * Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): de competência compartilhada entre estados e municípios, substituirá o ICMS e o ISS; * Imposto Seletivo (IS): com finalidade extrafiscal, desestimulará o consumo de produtos nocivos.

Para coordenar a arrecadação, fiscalização e distribuição dos recursos do IBS, foi instituído o Comitê Gestor, que atuará de forma técnica e operacional, buscando eficiência administrativa e neutralidade na arrecadação, sem autonomia para criar **impostos** ou alterar alíquotas. No entanto, esse comitê ainda carece de regulamentação.

Para facilitar a adaptação, a transição prevê a implementação gradual do IBS e da CBS com alíquotas reduzidas para testes. A partir de janeiro de 2026, a alíquota da CBS será de 0,9% e a alíquota estadual do IBS será de 0,1%. Não haverá, na primeira fase de transição, obrigatoriedade relacionada ao Imposto Seletivo.

A seis meses da transição da **Reforma Tributária**, a imagem parcial dos impactos e dificuldades a serem

observadas por contribuintes e gestores são um desafio. A falta de informações sobre aspectos fundamentais, como a regulamentação do Imposto Seletivo e a composição do Comitê Gestor do IBS, cria desafios substanciais para empresas e entes públicos. Esse ambiente de indefinição pressiona a tomada de decisões antecipadas, tornando o planejamento tributário especializado essencial para mitigar traumas ou prejuízos.

É crucial compreender que a transição não se resume à alteração de alíquotas ou à classificação de operações, mas implica reestruturação completa no modelo de gestão operacional tributária e arrecadação.

Um dos pontos mais críticos e pendentes da **Reforma Tributária** é a definição da composição do Comitê Gestor do IBS. Essa entidade pública será responsável por estabelecer regras de fiscalização, resolver conflitos de interpretação da norma, uniformizar procedimentos e julgar litígios administrativos, além de coordenar o arrecadamento e a divisão dos repasses do produto da arrecadação aos estados e municípios.

A importância do Comitê e a insegurança gerada pelo desconhecimento de sua composição dificultam a elaboração das regulamentações. Sem sua formação, empresas e entes públicos ficam sem diretrizes fiscais claras, o que pode resultar em erros de interpretação e adaptação operacional.

Diante da morosidade na formação do Comitê Gestor, a simulação de cenários assistida por especialistas tributários é uma resposta possível. A consultoria tributária, com sua expertise, permite antever impactos em diferentes configurações normativas e gerar matrizes de análise de risco com fatores de mitigação pontuais, evitando traumas econômicos.

Preparação estratégica para as empresas: um diferencial competitivo

Diante das indefinições, é fundamental que empresas e entes públicos adotem uma postura proativa na preparação para a transição.

A proatividade e a preparação estratégica tornam-se cruciais para a sustentabilidade e o sucesso dos negócios. Postergar a adequação pode resultar em desvantagens competitivas, gargalos operacionais e prejuízos financeiros consideráveis.

As seguintes recomendações estratégicas são essenciais para enfrentar as mudanças da **Reforma Tributária**: * Revisão da estrutura societária e tributária: a transição exigirá ajustes na estrutura tributária e societária. A revisão antecipada de contratos sociais e a análise dos métodos de pagamento, apuração e distribuição de **tributos** permitirá uma adaptação eficiente, evitando imprevistos ou prejuízos futuros; * Ajustes nos sistemas de escrituração e contabilidade: será necessário adaptar os sistemas contábeis e fiscais para atender aos novos **tributos**. Esse momento pode ser visto como uma oportunidade para revisar processos internos e garantir a conformidade com o IBS e a CBS. Empresas que antecipam esses ajustes estarão mais preparadas.

* Consultoria especializada: dado o caráter complexo da Reforma, contar com consultores especializados em tributação é essencial. A expertise externa auxiliará as empresas a se ajustarem precisamente às novas exigências e a garantir a conformidade com as regulamentações. A orientação jurídica e tributária minimiza riscos e maximiza a eficiência da adaptação. Consultores e escritórios especializados podem oferecer uma visão abrangente dos impactos em diversas áreas da empresa, como finanças, contabilidade, jurídico e operações.

* Monitoramento das atualizações legais e regulamentares: o acompanhamento contínuo das atualizações sobre a Reforma e suas regulamentações é crucial. O cenário tributário pode evoluir rapidamente, e estar atento a essas mudanças permitirá que as empresas reajam adequadamente e se ajustem prontamente às novas regras.

* Adaptação de rotinas administrativas em prefeituras e o acompanhamento da arrecadação e distribuição de repasses de IBS: conhecer a arrecadação do IBS e a divisão em repasses para os entes municipais e estaduais é uma demanda recorrente, que será melhor atendida com um maior grau de conhecimento das regras de fiscalização e repartição, o que poderá ser garantido por consultorias tributárias especializadas.

* Treinamento da equipe: a capacitação interna é crucial, considerando o impacto profundo da Reforma. Investir em treinamento especializado nas novas obrigações fiscais permitirá que os departamentos envolvidos na gestão tributária se alinhem às

exigências, garantindo que todos os pontos de contato da organização estejam bem preparados.

Delongar a preparação para a **Reforma Tributária** pode resultar em prejuízos e custos inesperados, além de complicações fiscais. A complexidade de se ajustar a novos **tributos** e a necessidade de revisão dos processos internos demandam tempo e uma abordagem cuidadosa.

Aqueles que não se anteciparem às adaptações podem enfrentar aumento de carga tributária, custos elevados e desafios imprevistos durante a transição, com impacto efetivo no destino da empresa.

Além disso, a falta de planejamento pode ocasionar erros fiscais que comprometam a competitividade e a saúde financeira da empresa. O momento de preparação é agora, e a ausência de um planejamento sólido pode dificultar a adaptação e a conformidade com as novas normas.

Mais do que uma mudança técnica, a **Reforma Tributária** representa uma redefinição estratégica profunda. O fim da guerra fiscal entre entes federativos, com a arrecadação baseada no destino e não na origem, exigirá redimensionamento logístico, reavaliação de plantas industriais e até mudança de localização de operações. As decisões tomadas agora terão impacto direto na competitividade futura das organizações.

Ignorar essas transformações pode significar perda de mercado e inviabilidade operacional.

A inércia emerge como o maior risco a ser enfrentado.

Ainda há uma percepção equivocada de que haverá prorrogações ou alterações substanciais no cronograma. Essa expectativa é infundada diante do comprometimento já firmado entre União, estados e municípios, tanto em termos orçamentários quanto administrativos.

Em síntese, a **Reforma Tributária** não deve ser encarada apenas como um desafio, mas também como uma oportunidade para reavaliar e aprimorar a gestão tributária, consolidando a empresa em um patamar de maior competitividade e resiliência no mercado. A preparação antecipada é um diferencial crucial para enfrentar a Reforma de forma segura e eficaz, garantindo a conformidade legal e abrindo portas para otimização de custos e novas oportunidades de negócio?

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7614/24-07-2025.html?all=1>

IOF

Nelson L. N. Barbosa Engenheiro agrônomo

Muito bom e corajoso o artigo sobre IOF de J. A. Khattar, mostrando a insistência absurda, ilógica e prejudicial ao povo brasileiro.

Fala também sobre **Reforma Tributária**, que sequer mostra as necessárias alíquotas. A contenção de gastos (absurdos) resolveria tudo, mais rápida e benéfica do que a conta estourada por viagens/excesso de mordomias, regalias, número de ministérios, assessores... e a coisa vai muito longe.

Pobre Brasil.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?0cc175b9c0f1b6a8=1468>

Reforma Tributária: navegando pelas incertezas com planejamento e expertise (Visão do Direito)

Opinião +

Por Arthur Murta* - A **Reforma Tributária**, formalizada pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025, estabelece um marco significativo para o sistema tributário brasileiro, com o início da transição previsto para janeiro de 2026. Contudo, a ausência de definições essenciais e o cenário de incertezas econômicas têm gerado questionamentos, impactando a estratégia de empresários e gestores públicos. A proximidade do período de transição impõe a urgência de um planejamento estratégico para prever impactos financeiros e operacionais, minimizando riscos e evitando custos imprevistos.

Para coordenar a arrecadação, fiscalização e distribuição dos recursos do IBS, foi instituído o Comitê Gestor, que atuará de forma técnica e operacional, buscando eficiência administrativa e neutralidade na arrecadação, sem autonomia para criar **impostos** ou alterar alíquotas. No entanto, este comitê ainda carece de regulamentação.

Para facilitar a adaptação, a transição prevê a implementação gradual do IBS e da CBS com alíquotas reduzidas para testes. A partir de janeiro de 2026, a alíquota da CBS será de 0,9% e a alíquota estadual do IBS será de 0,1%. Não haverá, na primeira fase de transição, obrigatoriedade relacionada ao Imposto Seletivo.

A seis meses da transição da **Reforma Tributária**, a imagem parcial dos impactos e dificuldades a serem observadas por contribuintes e gestores é um desafio. A falta de informações sobre aspectos fundamentais, como a regulamentação do Imposto Seletivo e a composição do Comitê Gestor do IBS, cria desafios substanciais para empresas e entes públicos. Este ambiente de indefinição pressiona a tomada de decisões antecipadas, tornando o planejamento tributário especializado essencial para mitigar traumas ou prejuízos.

É crucial compreender que a transição não se resume à alteração de alíquotas ou à classificação de operações, mas implica uma reestruturação completa

no modelo de gestão operacional tributária e arrecadação.

Um dos pontos mais críticos e pendentes da **Reforma Tributária** é a definição da composição do Comitê Gestor do IBS. Esta entidade pública será responsável por estabelecer regras de fiscalização, resolver conflitos de interpretação da norma, uniformizar procedimentos e julgar litígios administrativos, além de coordenar o arrecadamento e a divisão dos repasses do produto da arrecadação aos Estados e Municípios.

A importância do Comitê, e a insegurança gerada pelo desconhecimento de sua composição, dificulta a elaboração das regulamentações. Sem sua formação, empresas e entes públicos ficam sem diretrizes fiscais claras, o que pode resultar em erros de interpretação e adaptação operacional.

Diante da morosidade na formação do Comitê Gestor, a simulação de cenários assistida por especialistas tributários é uma resposta possível. A consultoria tributária, com sua expertise, permite antever impactos em diferentes configurações normativas e gerar matrizes de análise de risco com fatores de mitigação pontuais, evitando traumas econômicos.

Diante das indefinições, é fundamental que empresas e entes públicos adotem uma postura proativa na preparação para a transição. A proatividade e a preparação estratégica tornam-se cruciais para a sustentabilidade e o sucesso dos negócios. Postergar a adequação pode resultar em desvantagens competitivas, gargalos operacionais e prejuízos financeiros consideráveis.

As seguintes recomendações estratégicas são essenciais para enfrentar as mudanças da **Reforma Tributária**:

Delongar a preparação para a **Reforma Tributária** pode resultar em prejuízos e custos inesperados, além de complicações fiscais. A complexidade de se ajustar a novos **tributos** e a necessidade de revisão dos processos internos demandam tempo e uma abordagem cuidadosa. Aqueles que não se anteciparem às adaptações podem enfrentar aumento

de carga tributária, custos elevados e desafios imprevistos durante a transição, com impacto efetivo no destino da empresa. Além disso, a falta de planejamento pode ocasionar erros fiscais que comprometam a competitividade e a saúde financeira da empresa. O momento de preparação é agora, e a ausência de um planejamento sólido pode dificultar a adaptação e a conformidade com as novas normas.

Mais do que uma mudança técnica, a **Reforma Tributária** representa uma redefinição estratégica profunda. O fim da guerra fiscal entre entes federativos, com a arrecadação baseada no destino e não na origem, exigirá redimensionamento logístico, reavaliação de plantas industriais e até mudança de localização de operações. As decisões tomadas agora terão impacto direto na competitividade futura das organizações. Ignorar essas transformações pode significar perda de mercado e inviabilidade operacional. A inércia emerge como o maior risco a ser enfrentado.

Ainda há uma percepção equivocada de que haverá prorrogações ou alterações substanciais no cronograma. Essa expectativa é infundada diante do comprometimento já firmado entre União, estados e municípios, tanto em termos orçamentários quanto administrativos.

Em síntese, a **Reforma Tributária** não deve ser encarada apenas como um desafio, mas também como uma oportunidade para reavaliar e aprimorar a gestão tributária, consolidando a empresa em um patamar de maior competitividade e resiliência no mercado. A preparação antecipada é um diferencial crucial para enfrentar a Reforma de forma segura e eficaz, garantindo a conformidade legal e abrindo portas para otimização de custos e novas oportunidades de negócio?

Advogado tributário da Montalvão & Souza Lima
Advocacia de Negócios*

Por Arthur Murta* - A **Reforma Tributária**, formalizada pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025, estabelece um marco significativo para o sistema tributário brasileiro, com o início da transição previsto para janeiro de 2026. Contudo, a ausência de definições essenciais e o cenário de incertezas econômicas têm gerado questionamentos, impactando a estratégia de empresários e gestores públicos. A proximidade do período de transição impõe a urgência de um planejamento estratégico para prever impactos financeiros e operacionais, minimizando riscos e evitando custos imprevistos.

Para coordenar a arrecadação, fiscalização e

distribuição dos recursos do IBS, foi instituído o Comitê Gestor, que atuará de forma técnica e operacional, buscando eficiência administrativa e neutralidade na arrecadação, sem autonomia para criar **impostos** ou alterar alíquotas. No entanto, este comitê ainda carece de regulamentação.

Para facilitar a adaptação, a transição prevê a implementação gradual do IBS e da CBS com alíquotas reduzidas para testes. A partir de janeiro de 2026, a alíquota da CBS será de 0,9% e a alíquota estadual do IBS será de 0,1%. Não haverá, na primeira fase de transição, obrigatoriedade relacionada ao Imposto Seletivo.

A seis meses da transição da **Reforma Tributária**, a imagem parcial dos impactos e dificuldades a serem observadas por contribuintes e gestores é um desafio. A falta de informações sobre aspectos fundamentais, como a regulamentação do Imposto Seletivo e a composição do Comitê Gestor do IBS, cria desafios substanciais para empresas e entes públicos. Este ambiente de indefinição pressiona a tomada de decisões antecipadas, tornando o planejamento tributário especializado essencial para mitigar traumas ou prejuízos.

É crucial compreender que a transição não se resume à alteração de alíquotas ou à classificação de operações, mas implica uma reestruturação completa no modelo de gestão operacional tributária e arrecadação.

Um dos pontos mais críticos e pendentes da **Reforma Tributária** é a definição da composição do Comitê Gestor do IBS. Esta entidade pública será responsável por estabelecer regras de fiscalização, resolver conflitos de interpretação da norma, uniformizar procedimentos e julgar litígios administrativos, além de coordenar o arrecadamento e a divisão dos repasses do produto da arrecadação aos Estados e Municípios.

A importância do Comitê, e a insegurança gerada pelo desconhecimento de sua composição, dificulta a elaboração das regulamentações. Sem sua formação, empresas e entes públicos ficam sem diretrizes fiscais claras, o que pode resultar em erros de interpretação e adaptação operacional.

Diante da morosidade na formação do Comitê Gestor, a simulação de cenários assistida por especialistas tributários é uma resposta possível. A consultoria tributária, com sua expertise, permite antever impactos em diferentes configurações normativas e gerar matrizes de análise de risco com fatores de mitigação pontuais, evitando traumas econômicos.

Diante das indefinições, é fundamental que empresas

e entes públicos adotem uma postura proativa na preparação para a transição. A proatividade e a preparação estratégica tornam-se cruciais para a sustentabilidade e o sucesso dos negócios. Postergar a adequação pode resultar em desvantagens competitivas, gargalos operacionais e prejuízos financeiros consideráveis.

As seguintes recomendações estratégicas são essenciais para enfrentar as mudanças da **Reforma Tributária**:

Delongar a preparação para a **Reforma Tributária** pode resultar em prejuízos e custos inesperados, além de complicações fiscais. A complexidade de se ajustar a novos **tributos** e a necessidade de revisão dos processos internos demandam tempo e uma abordagem cuidadosa. Aqueles que não se anteciparem às adaptações podem enfrentar aumento de carga tributária, custos elevados e desafios imprevistos durante a transição, com impacto efetivo no destino da empresa. Além disso, a falta de planejamento pode ocasionar erros fiscais que comprometam a competitividade e a saúde financeira da empresa. O momento de preparação é agora, e a ausência de um planejamento sólido pode dificultar a adaptação e a conformidade com as novas normas.

Mais do que uma mudança técnica, a **Reforma Tributária** representa uma redefinição estratégica profunda. O fim da guerra fiscal entre entes federativos, com a arrecadação baseada no destino e não na origem, exigirá redimensionamento logístico, reavaliação de plantas industriais e até mudança de localização de operações. As decisões tomadas agora terão impacto direto na competitividade futura das organizações. Ignorar essas transformações pode significar perda de mercado e inviabilidade operacional. A inércia emerge como o maior risco a ser enfrentado.

Ainda há uma percepção equivocada de que haverá prorrogações ou alterações substanciais no cronograma. Essa expectativa é infundada diante do comprometimento já firmado entre União, estados e municípios, tanto em termos orçamentários quanto administrativos.

Em síntese, a **Reforma Tributária** não deve ser encarada apenas como um desafio, mas também como uma oportunidade para reavaliar e aprimorar a gestão tributária, consolidando a empresa em um patamar de maior competitividade e resiliência no mercado. A preparação antecipada é um diferencial crucial para enfrentar a Reforma de forma segura e eficaz, garantindo a conformidade legal e abrindo portas para otimização de custos e novas oportunidades de negócio?

Advogado tributário da Montalvão & Souza Lima
Advocacia de Negócios*

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2025/07/7206613-reforma-tributaria-navegando-pelas-incertezas-com-planejamento-e-expertise.html>

Brasil na OMC: tarifaço é "arbitrário e caótico"

Em reunião na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, o Brasil condenou o uso de tarifas como instrumento de coerção e ameaça, e alertou para os riscos à estabilidade econômica global. Sem citar diretamente o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, as observações do embaixador Philip Fox-Drummond Gough receberam o apoio de cerca de 40 países, incluindo membros do Brics, União Europeia e Canadá.

O secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores (MRE) alertou que tratar negociações como "jogos de poder" representa um atalho perigoso "para a instabilidade e a guerra". "Tarifas arbitrárias, anunciadas e implementadas de forma caótica, estão desestruturando as cadeias globais de valor e correm o risco de lançar a economia mundial em uma espiral de preços altos e estagnação", acusou.

Gough fez um alerta sobre o uso de medidas comerciais como instrumento de pressão política. "Estamos testemunhando, agora, uma mudança extremamente perigosa em direção ao uso de tarifas como uma ferramenta na tentativa de interferir nos assuntos internos de terceiros países", frisou.

O Mecanismo de Solução de Controvérsias (MSO) da OMC está, atualmente, paralisado exatamente porque os EUA não indicaram membros para compô-lo. A organização já havia sido enfraquecida no primeiro mandato do presidente norte-americano, no que foi mantido pelo governo Bi-den que não nomeou novos representantes para o órgão de apelação. A paralisação compromete a capacidade da organização de aplicar e fazer cumprir suas próprias decisões.

O embaixador brasileiro defendeu uma reforma estrutural da OMC, com o objetivo de restaurar seu papel como foro legítimo para a solução de controvérsias e a defesa das economias em desenvolvimento. Ele ressaltou que, além das violações "generalizadas" às normas do comércio internacional, o mundo assiste a uma "mudança extremamente preocupante, com o uso crescente de tarifas como instrumento para interferir nos assuntos internos de outros países".

Recursos

Segundo Gough, caso as negociações sobre a suspensão ou adiamento do tarifaço com Washington não avancem, o Brasil recorrerá

"a todos os meios legais disponíveis". "Continuaremos a priorizar soluções negociadas e a confiar em boas relações diplomáticas e comerciais. Caso fracassem, recorreremos a todos os meios legais disponíveis para defender nossa economia e nosso povo - e isso inclui o sistema de solução de controvérsias da OMC" garantiu.

Embora não tenha sido mencionada diretamente pelo Brasil, a delegação dos EUA respondeu às críticas. Sem citar o país ou a disputa comercial em curso, os representantes norte-americanos afirmaram estar preocupados com o fato de "trabalhadores e empresas norte-americanas serem forçados a competir em condições desiguais com países que não seguem as regras e compromissos assumidos ao ingressarem nesta instituição".

Enquanto segue a indefinição sobre a tarifa de 50% prevista para incidir sobre produtos brasileiros a partir de 1º de agosto, outros países já firmaram acordos com os EUA para reduzir ou suavizar as tarifas que serão aplicadas. Trump afirmou que está disposto a ceder, desde que consiga, em troca, que grandes nações abram seus mercados aos produtos norte-americanos. Caso contrário, os EUA devem anunciar "tarifas muito maiores".

As declarações foram dadas depois do novo acordo comercial fechado com o Japão, definido por Trump como "gigantesco". O tratado prevê investimentos de US\$ 550 bilhões nos EUA e estabelece "tarifas recíprocas" de 15%, um percentual inferior aos 25% anunciados por ele no início do mês.

"Acabamos de concluir um acordo gigantesco com o Japão, talvez o maior acordo já feito. O Japão investirá, sob minha orientação, US\$ 550 bilhões nos EUA, que receberão 90% dos lucros" publicou Trump na sua rede social, Truth Social.

Por conta desse acerto com os EUA, o Japão abrirá seu mercado para produtos norte-americanos, o que pode ampliar as exportações de carros, caminhões, arroz e outros itens. "O Japão pagará tarifas recíprocas de 15% aos EUA. Este é um momento

muito empolgante para os EUA, especialmente pelo fato de continuarmos sempre a ter um ótimo relacionamento com o Japão", disse o presidente.

Acordos

A Casa Branca informou que firmou acordos comerciais com diversos países para reduzir as tarifas. Entre eles, o Reino Unido, com

uma tarifa de 10% e redução nas taxas sobre produtos como aço e carne; o Vietnã, com 20%; a Indonésia, que terá 19% e isenção de tarifas sobre bens americanos; a China, em acordo preliminar de 30%, sujeito a novas negociações; e as Filipinas, com 19%.

A China foi a única a responder com retaliação direta, que, depois, foi negociada. Os demais países mantiveram diálogo direto com os EUA. As tarifas norte-americanas sobre os produtos chineses chegaram a 145% e o país revidou com aumentos de **impostos** incidentes. Depois de um acordo, ambos reduziram as taxas, sem previsão de novos aumentos por ora.

Entre os que ameaçaram retaliação, caso as taxas entrem em vigor em agosto, estão a União Europeia, o Canadá e o Brasil - sobre o qual pesa uma sanção de 50% sobre os produtos exportados para os EUA.

De acordo com o jornal britânico Financial Times, Estados Unidos e UE estão perto de fechar um acordo que prevê tarifas de 15% sobre as importações do bloco. Além disso, o secretário do Tesouro norte-americano, Scott Bassent, afirmou que a pausa nas tarifas aplicadas à China pode ser prolongada por três meses, para dar tempo de um ajuste bilateral.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/07/24/all.pdf>

Neoenergia dobra lucro no 2º trimestre e alcança R\$ 1,6 bilhão

DA REDAÇÃO

A Neoenergia teve lucro líquido de R\$ 1,6 bilhão no 2º trimestre de 2025, segundo o relatório de demonstrações financeiras intermediárias da empresa divulgado ontem.

Segundo o documento, o crescimento na base de clientes da empresa fez com que o resultado líquido crescesse 100% em relação ao mesmo trimestre de 2024.

No acumulado do 1º semestre, o lucro líquido da Neoenergia alcançou R\$ 2,6 bilhões, uma alta de 36%. O resultado robusto foi impactado pelo reconhecimento de R\$ 869 milhões em créditos tributários, provenientes da

exclusão da atualização financeira de indêbitos de PIS (Programa de Integração social)/Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**) da base de cálculo do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Isso aumentou o lucro, pois reduziu os **tributos** a pagar.

Energia injetada

A energia colocada na rede pela empresa cresceu 2,3% no 2º trimestre de 2025 e 3,0% no acumulado do semestre, comparado ao mesmo período do ano anterior. Segundo relatório da Neoenergia, o aumento na demanda por energia nas áreas onde a empresa atua, incluindo sistemas com geração própria -como painéis solares residenciais-impulsionou o resultado.

Os custos operacionais cresceram 4%, tanto no 2º trimestre de 2025 quanto no semestre, acompanhando a **inflação** e o crescimento do mercado, o que indica boa gestão de custos, segundo relatório.

O lucro obtido antes do desconto de juros, **impostos**, depreciação e amortização ficou em R\$ 2,6 bilhões no 2º trimestre de 2025. Crescimento de 7% em relação ao mesmo trimestre de 2024. No semestre, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 5,4 bilhões. Alta de 2% ante o 1º semestre de 2024.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_F

**A46742BB041438EC4DBF509EB6D686E57F06ABDA6A99
BD92D43BFA1A2034E5825D27D11E99BDE16960490FFE
647B1612303DF8ECA0F38970618F8CE65F0D8520C238A
2416EB0923B76E690A840FE8BEAC3F050E2F340625D5F
113CA0C6EC0852D8077683725800A5FB97098C018CE4D
76E8B9CA9B5E243E31A5A**

Ameaça do tarifaço dos EUA dá lugar a otimismo para balanços das "big techs"

Daniela Braun De São Paulo

Após a ameaça do tarifaço imposto pelo presidente Donald Trump à China, no início de abril, o mercado financeiro se mostra mais otimista com os balanços trimestrais das gigantes de tecnologia americanas Alphabet, Amazon, Apple, Meta e Microsoft.

No lugar do impacto de tarifas comerciais, os olhares se concentram nos resultados de computação em nuvem, inteligência artificial (IA), publicidade e serviços das "big techs", disseram analistas consultados pelo Valor.

A Alphabet, controladora do Google, estreou a temporada de balanços com resultados acima das projeções dos analistas. Nesta quarta-feira (23), a empresa informou que registrou lucro líquido de US\$28,2 bilhões nos três meses encerrados em 30 de junho, alta de 19,5% em base anual, e receita de US\$ 96,4 bilhões, crescimento de 14% no período. O lucro por ação ficou em US\$2,31.

Os resultados superaram as expectativas dos analistas que projetavam receita de US\$ 93,86 bilhões e lucro por ação de US\$ 2,12 no segundo trimestre.

A receita da Alphabet com serviços de nuvem Google Cloud alcançou US\$ 13,6 bilhões, alta de 32,6% ante o segundo trimestre de 2024. A demanda por nuvem e IA levou a companhia comandada por Sundar Pichai a elevar sua-projeção de gastos de capital (Ca-pex) com infraestrutura de US\$ 75 bilhões para US\$ 85 bilhões ao longo de 2025.

Mas os resultados positivos da Alphabet não escondem a preocupação do mercado com a mudança no cenário de buscas on-li-ne - assistentes de IA, como o ChatGPT, estão substituindo o Google como fonte de pesquisa. "Existe uma dúvida sobre como será o segundo semestre do Google", afirma o sócio e gestor de ações de tecnologia global da

"Existe uma dúvida sobre como será o segundo semestre do Google, Há um pouco mais de risco, no nosso entendimento" Thiago Kapu

São Pedro Capital, Thiago Kapulskis. "Há um pouco mais de risco, no nosso entendimento, já que, até aqui, a IA tem sido usada em demandas não

comerciais, que são pouco monetizáveis".

Os potenciais impactos de ações antitruste que alegam prática de monopólio do Google em buscas e publicidade também seguem no radar do mercado para os próximos trimestres.

A ameaça do tarifaço de Trump sobre a China parece ter se dissipado entre as empresas, diz Kapulskis. "Grandes implementações de tecnologia ficaram em pausa entre abril e o início de maio, mas depois notamos uma retomada, mesmo porque as empresas estão de olho nos ganhos de produtividade da IA", observou.

Na quarta-feira (30), a Microsoft divulga o balanço referente ao quarto trimestre fiscal de 2025. Analistas da Zack Investment Research estimam lucro por ação de US\$ 3,35, 13,56% superior ao lucro de US\$ 2,95 de um ano antes, e receita de US\$ 73,79 bilhões, indicando avanço de 6% em base anual.

Taxas de juros altas como as praticadas nos EUA e no Brasil, no entanto, ainda podem frear alguns investimentos corporati-

vos em nuvem e IA, nota o líder de renda variável da W1 Capital, Tales Barros. Tal comportamento pode ser observado sobre os resultados da Microsoft, cujo foco de investimentos é o mercado corporativo. Este ano, a empresa liderada por Satya Nadella prevê um Capex de US\$ 80 bilhões.

"O Capex da Microsoft é altamente concentrado em infraestrutura para clientes corporativos. E estas empresas só contratam mais serviços de nuvem ou IA se o ambiente econômico permitir", diz Barros. "Com juros altos, a tendência é de corte, adiamento ou redução de gastos".

O otimismo dos analistas também se aplica à Meta, dona do Fa-cebook, Instagram e WhatsApp, que divulga seu balanço no mesmo dia da Microsoft.

"No segundo trimestre, a empresa [Meta] ainda não sentirá os efeitos das tarifas, já que muitos anunciantes continuaram gastando normalmente enquanto aguardam a poeira baixar", diz a analista sênior da consultoria eMarketer, Minda Smiley.

Analistas do iG Group projetam uma receita de US\$ 44,55 bilhões para a Meta no segundo trimestre, alta de 14% em base anual, e lucro por ação de US\$ 5,84, um crescimento de 13%.

Smiley pondera que um segundo trimestre forte não protegerá a Meta de questionamentos sobre seu futuro na corrida da IA. "Embora a Meta tenha obtido ganhos massivos com a incorporação de IA em sua plataforma de publicidade e algoritmos, suas tentativas de competir diretamente com empresas como a OpenAI (e roubar seus talentos) estão se mostrando mais desafiadoras para a empresa, custando-lhe bilhões de dólares", afirma a analista da eMarketer.

Nem todas as "big techs" estão imunes aos efeitos do tarifaço americano sobre produtos chineses. É o caso da operação de varejo da Amazon e das vendas de iPhones da Apple.

Para analistas, no entanto, os impactos ainda não serão visíveis neste trimestre. A expectativa é que a Amazon divulgue um segundo trimestre forte na quinta-feira (31). A receita é estimada em US\$ 162 bilhões, alta de 9,5% em base anual. O Bank of America, elevou recentemente sua estimativa de receita para US\$ 164 bilhões, citando ligeiro aumento nas projeções de resultados do varejo americano, questões cambiais e crescimento

da Anthropic, empresa de IA que recebeu recursos da Amazon. O lucro por ação estimado pela Zacks Investment é de US\$ 1,32, alta anual de 7,3%.

Na avaliação de Kapulskis, da São Pedro Capital, a Amazon Web Services (AWS) - divisão de nuvem da Amazon e líder desse mercado no mundo, com 30% das vendas - trará um resultado positivo nos três meses encerrados em junho. Ele nota que a dúvida dos analistas recai sobre quem pagará a conta do cenário econômico, a empresa ou o consumidor.

"Os dados da **inflação** americana mostram aumento de preços de produtos em junho, o que pode afetar a projeção para o terceiro trimestre", afirma o especialista. "Observaremos esse efeito na margem de lucro [da Amazon] para sabermos se a empresa vai absorver ou repassar [reajustes]."

No mesmo dia da Amazon, a Apple divulga os resultados de seu terceiro trimestre fiscal de 2025, também sem expectativas de impacto da política comercial de Trump, por enquanto. Analistas da Zacks estimam um ganho por ação de US\$ 1,42 para a Apple no trimestre, alta de 1,43% na comparação anual. A estimativa de receita da gestora WMS Capital para o trimestre é de US\$ 89 bilhões, resultado 3,7% superior ao apresentado um ano antes.

O olhar dos analistas segue firme no avanço da receita da Apple com serviços de assinaturas e nas margens de lucro de celulares.

"As vendas da linha iPhone crescem marginalmente, mas têm uma margem muito boa, que tende a compensar os resultados", nota o sócio da WMS Capital, Marcos Moreira.

As projeções de gastos da Apple com IA também estão na mira do mercado, assim como a receita com vendas na China, seu terceiro maior mercado e terreno de concorrência acirrada.

"Se tivermos qualquer impacto das tarifas sobre a Apple, ele começará a dar sinais no terceiro trimestre", diz Moreira. "No primeiro e segundo trimestres houve efeito de estoques e atrasos de vigência das tarifas [sobre produtos chineses]."

"Se tivermos qualquer impacto das tarifas sobre a Apple, ele começará a dar sinais no terceiro trimestre" Marcos Moreira

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188273?page=16§ion=1>

Marcas de luxo reduzem ritmo de aumento de preços

Adrienne Klasa *Financial Times, de Paris*

As principais marcas de luxo do mundo aumentam preços ao ritmo mais lento dos últimos sete anos, enquanto o setor se adapta a uma desaceleração das vendas, mais longa do que o esperado.

O custo dos produtos de luxo subiu, em média, 3% entre janeiro e maio de 2025, segundo dados do UBS. Esse período concentra a maioria dos reajustes anuais, que as marcas costumam implementar no primeiro trimestre, quando os orçamentos são definidos.

Esse número contrasta com o pico recente de 8% em 2022.

De Louis Vuitton a Chanel, as marcas elevaram significativamente os preços entre 2019 e 2023 para aproveitar a forte demanda por bolsas, roupas e joias de alto padrão.

Mas clientes abastados estão resistindo, e muitos produtos de luxo tornaram-se inacessíveis para consumidores "aspiracionais",

que impulsionaram o boom durante a pandemia.

Os aumentos sugerem um possível retorno a níveis mais normalizados de inflação de preços pré-pandemia, entre 1 % e 2%.

Claudia D'Arpizio, chefe global de moda e luxo da Bain, afirmou que a desaceleração nos aumentos de preços representa uma "mudança estratégica clara".

"As marcas de luxo estão respondendo ao cansaço crescente dos consumidores com os preços, aos ventos contrários macroeconômicos persistentes e a um esfriamento visível no entusiasmo do consumidor", disse a executiva. "Uma abordagem mais moderada dos preços reflete um esforço para defender o volume de vendas e construir resiliência diante de riscos iminentes, como possíveis choques tarifários", acrescentou.

A temporada de divulgação de resultados do segundo trimestre começa nesta semana, com a ameaça de tarifas nos EUA e múltiplos conflitos geopolíticos frustrando as esperanças de uma recuperação rápida

para a indústria de luxo.

A LVMH, referência no setor, deve registrar mais um declínio nas vendas trimestrais, com a desaceleração atingindo marcas cruciais para o grupo francês como Louis Vuitton e Dior.

Um executivo do setor de luxo afirmou que muitos clientes estão preferindo marcas menores e mais "inovadoras" em detrimento dos grandes nomes, cujos produtos tornaram-se tanto caros quanto onipresentes.

Segundo a McKinsey, os aumentos de preços foram responsáveis por 80% do crescimento das vendas da indústria entre 2019 e 2023, com o aumento de volume contribuindo com apenas 20%.

Alguns aumentos notáveis incluem as bolsas Speedy da Louis Vuitton, que hoje custam a partir de 1.650 após dobrar de preço desde 2019. Já uma bolsa grande modelo flap da Chanel, vendida por 11.100, teve seu preço elevado em mais de 80% no mesmo período. Alguns desses aumentos geraram reações negativas dos consumidores nas redes sociais.

"Só porque os clientes de altíssimo padrão podem pagar, não significa que eles não percebem os aumentos de preços", disse o executivo do setor de luxo. "Ninguém quer sentir que está sendo explorado."

Thomas Chauvet, analista do Citi, prevê "oportunidades de recuperação" nos próximos anos para marcas que não aumentaram os preços de forma tão agressiva durante os tempos de bonança, como a Hermès e as marcas de joias da Riche-mont: Cartier, Buccellati e Van Cleef Arpeis.

Isso pode se tornar uma vantagem caso os EUA implementem tarifas elevadas sobre importações da União Européia e da Suíça. As tarifas têm como base 10%,

mas podem subir se as negociações fracassarem.

A Hermès, por exemplo, aumentou seus preços em maio após afirmar que compensaria o custo adicional das tarifas americanas com reajustes. Chauvet observou que outras marcas de luxo, como Gucci e Bvlgari, tomaram medidas semelhantes nos EUA.

Nesta quinta-feira (24), a expectativa é que a LVMH reporte uma queda de 3% nas vendas orgânicas do grupo no segundo trimestre, segundo estimativas da Visible Alpha. A estimativa para vendas na principal divisão de moda e artigos de couro - que inclui Louis Vuitton e Dior-é de recuo de 6%, à medida que tensões geopolíticas reduzem a demanda entre os consumidores de alta renda.

A previsão de crescimento orgânico da Kering é de queda de 13%, impulsionada pelas dificuldades contínuas da Gucci. Analistas estimam que as vendas da marca principal do grupo tenham despencado 25% antes da chegada do novo CEO, Luca de Meo, em setembro.

Mas alguns grupos de luxo estão atravessando a tempestade com relativa tranquilidade. A Ri-chemont surpreendeu positivamente ao reportar seu terceiro trimestre consecutivo de crescimento orgânico de dois dígitos na semana passada, impulsionado por suas marcas de joias.

A previsão de vendas da Hermès, a empresa de bens de luxo mais valiosa do mundo, é de crescimento 10% no trimestre. A marca sustenta a demanda ao controlar rigorosamente a oferta de seus produtos e atender, em grande parte, aos clientes mais ricos.

Analistas do HSBC preveem que o segundo trimestre será provavelmente o ponto mais baixo do ciclo para a LVMH, um sinal precoce de que o setor pode começar a apresentar alguma recuperação.

No entanto, a maioria dos analistas do setor de luxo já revisou suas previsões para 2025, adiando as expectativas de uma recuperação para a segunda metade de 2026, no mínimo.(Traí/ução de Marina Delia Valle)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188273?page=16§ion=1>

Executivo estima menos recursos no orçamento de 2026

A projeção do orçamento do governo de Rondônia para o exercício de 2026 foi encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-RO), com valor estimado em R\$ 17,7 bilhões. Desse total, aproximadamente R\$ 8 bilhões são esperados como receita oriunda do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), uma das principais fontes de arrecadação do Estado.

Contudo, a análise técnica preliminar realizada pelo TCE identificou uma discrepância entre a projeção da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog) e os cálculos da Corte de Contas. Com base na Instrução Normativa nº 57/2017/ TCE-RO, a projeção feita pelo Tribunal é de R\$ 18.936.668.095,33 - uma diferença negativa de 6,47% em relação à estimativa do governo. Esse percentual ultrapassa a margem de confiabilidade estabelecida pela norma, que é de $\pm 3\%$.

Em nota técnica enviada ao TCE, a Sepog justifica a projeção mais conservadora com base em uma metodologia analítica incremental. Essa abordagem considera, além da série histórica de arrecadação, indicadores macroeconômicos como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o Produto Interno Bruto (**PIB**) e os efeitos da taxa Selic sobre o desempenho econômico do país.

A secretaria aponta que a alta da Selic contribuiu para uma desaceleração do consumo e redução nos investimentos, o que impacta diretamente a arrecadação tributária. Outro ponto levado em consideração foi o possível impacto da aprovação do Projeto de Lei Federal nº 1.087/2025, que prevê a isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas com

rendimentos de até R\$ 5 mil.

Apesar da diferença entre os valores projetados, o conselheiro Francisco Júnior, relator da matéria no TCE, classificou a proposta da Sepog como tecnicamente fundamentada e compatível com o atual cenário fiscal do Estado. O processo segue agora para tramitação interna

Site: <https://agazetaderondonia.com.br/wp-content/uploads/2025/07/A-Gazeta-de-Rondonia-Edicao-4825-quinta-feira-24.07.2025.pdf>